

AGRONEGÓCIO E A DISPUTA DE TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO SUL DO BRASIL¹

Juliane Soares Ribeiro²

Resumo

Esse artigo problematiza a expansão do agronegócio nos territórios de reforma agrária a partir da realização de uma pesquisa nos assentamentos do Rio Grande do Sul, que teve como objetivo compreender o assentamento como território de disputa de projetos para o campo brasileiro. Com a realização do trabalho de campo e entrevistas, identificou-se o aumento de arrendamento dos lotes, a redução da produção de alimentos e o enfraquecimento do vínculo entre assentados e organizações sociais. Mesmo frente a essas contradições, resistem produções contra hegemônicas, protagonizadas pelo trabalho das mulheres.

Palavras Chave: Agronegócio; assentamentos; disputa territorial; produção de resistências.

AGRONEGOCIOS Y LA DISPUTA POR LOS TERRITORIOS DE LA REFORMA AGRARIA EN EL SUR DE BRASIL

Resumen

Este artículo problematiza la expansión del agronegocio en los territorios de reforma agraria, a partir de una investigación en los asentamientos de Rio Grande do Sul, cuyo objetivo fue comprender el asentamiento como un territorio de disputa entre proyectos para el campo brasileño. A través del trabajo de campo y entrevistas, se identificó el aumento del arrendamiento de parcelas, la reducción de la producción de alimentos y el debilitamiento del vínculo entre los asentados y las organizaciones sociales. Incluso ante estas contradicciones, resisten producciones contrahegemónicas, protagonizadas por el trabajo de las mujeres.

Palabras clave: Agronegocios; asentamientos; disputa territorial; producción de resistencias.

AGRIBUSINESS AND THE DISPUTE OVER AGRARIAN REFORM TERRITORIES IN SOUTHERN BRAZIL

Abstract

This article problematizes the expansion of agribusiness within agrarian reform territories, based on research conducted in settlements in Rio Grande do Sul. The study aims to understand the settlement as a disputed territory between different projects for the Brazilian countryside. Through fieldwork and interviews, it identified an increase in land leasing, a reduction in food production, and a weakening of the bond between settlers and social organizations. Despite these contradictions, counter-hegemonic production persists, driven primarily by the work of women.

Keywords: Agribusiness; settlements; territorial dispute; production of resistance.

¹ Artigo recebido em 11/06/2025. Aprovado em 25/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68170>

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). Email: juliufpel@gmail.com.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9494944420861088>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9985-3012>.

Introdução

O projeto de agricultura pautado na produção de *commodities* tem se expandido exponencialmente por todo o campo brasileiro, resultando em o aumento do desmatamento, as queimadas, a grilagem de terras, a contaminação das águas e do solo pelo uso desenfreado de agrotóxicos, bem como os conflitos agrários com camponeses, povos tradicionais. Sobre os conflitos no campo, os dados e reflexões sistematizadas pelo Atlas da CPT³, tem demonstrado como a violência instaurada desde o período colonial ainda permanece sendo uma marca latente da sociedade brasileira. Esse projeto e suas consequências também chegaram nas áreas de assentamentos de reforma agrária, disputando os territórios conquistados, através da luta pela terra.

O presente artigo busca refletir sobre os diferentes projetos para o campo brasileiro, problematizando a entrada do agronegócio nos assentamentos de reforma agrária na região Campanha do Rio Grande do Sul, bem como apresentar formas produtivas e educativas que se colocam na perspectiva contra-hegemônica e resistem nesses mesmos territórios⁴.

O agronegócio, como expressão do capitalismo financeiro no campo, tem-se apresentado como o principal produtor de riquezas e alimentos do país. Delgado (2012, p. 84) define esse modelo produtivo como “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas do Estado”.

Esse modelo, no que diz respeito ao uso, à posse e à propriedade da terra, instaura um processo de mercantilização da terra, incluindo a liberação para o capital estrangeiro, a grilagem da terra, a produção de mercadorias, as *commodities* agrícolas, a degradação do meio ambiente, a liberação de inúmeros agrotóxicos. Seu

³ No último “Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro” publicado em 2025, identificou-se que desde o ano de 1985 ocorreram 50.950 conflitos no território brasileiro, desse número a maior concentração está localizada no Estado do Pará com 6.806 conflitos. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul foram apontados 1.042 conflitos (Comissão Pastoral da Terra, 2025). Disponível em: <https://cptnacional.org.br/documento/conflitos-no-campo-brasil-2024/>. Acesso em 21/03/2006.

⁴ Esse trabalho é parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada: “Agronegócio e a reprodução sociocultural das famílias assentadas: ofensivas e resistências – município de Candiota - RS”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, em janeiro de 2023, sob orientação da professora Dr.^a Conceição Paludo (in memoriam).

modelo produtivo de *commodities* agrícolas, visa destinar a sua produção para a exportação, conforme Katz (2016) o Brasil passa a assumir um papel de país agroexportador de matérias-primas. Nos últimos anos, temos vivenciado no Rio Grande do Sul, esse avanço do modelo produtivo do agronegócio, materializado na produção da soja, o qual tem adentrado e disputado, territórios de resistência.

Entende-se que território é uma construção social realizada pelos sujeitos que o compõem, o qual passa por transformações, rupturas e até mesmo disputas. Assim o território não é visto ou produzido de maneira uniforme ou homogênea, pois conforme elucida Fernandes (2009, p. 199) “relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade”. Nessa mesma perspectiva o autor afirma que sujeitos e comunidades são disputados, assim como “as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países” (Fernandes, 2009, p. 200).

Parte-se dessa abordagem para compreender que, mesmo nos assentamentos de Reforma Agrária, há espaços de disputas territoriais. Ainda que haja um esforço do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), através das famílias assentadas, em consolidar um modelo de produção camponesa, que contrapõe o modelo agrícola vigente, cabe destacar que o MST não está à parte ou isolado da lógica de produção capitalista. Segundo Martins (2019, p. 89) “os assentamentos ao se constituírem, tornam-se um território cuja disputa política, ideológica e econômica com a burguesia e as forças do latifúndio pelo seu controle é permanente”.

Sendo assim, muitos assentados acabam reproduzindo os valores e práticas do modo de produção hegemônico, tanto no campo ideológico quanto pelo modelo produtivo do agronegócio e, por vezes, acabam reproduzindo a lógica de produzir *commodities*. De acordo com Martins (2019, p. 90) “a todo momento as famílias assentadas são seduzidas pelas promessas de maior produtividade do modelo agrícola do agronegócio e pelos encantos das políticas governamentais clientelistas”

Com essa disputa do território conquistado, algumas famílias assentadas do Rio Grande do Sul passaram a arrendar as suas terras para a produção de soja, a partir do modelo produtivo do agronegócio. Ao implementar esse modelo produtivo, há uma inversão na organização desse espaço, bem como uma mudança na lógica produtiva. Nesses diferentes modos de produzir estabelecem diferentes modos de vida, de sociabilidade ou, como descreve Fernandes (2012, p. 747), “diferentes formas

de uso dos territórios: para o campesinato a terra é lugar de produção, de moradia e de construção da sua cultura, e para o agronegócio a terra é somente um lugar de produção de mercadorias, do negócio”. Ou como destacou Teubal (2008, p.146) “o campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares”.

Diante das problemáticas apontadas até aqui, este estudo teve como objetivos: compreender o assentamento como território de disputa de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro e identificar nesses territórios práticas/experiências contra hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas. Para dar conta desses objetivos, realizou-se uma pesquisa de campo, utilizando a metodologia de estudo de caso e a realização de entrevistas semiestruturadas. O trabalho de campo⁵ ocorreu no município de Candiota, no estado do Rio Grande do Sul, nos Assentamentos Conquista do Cerros e Conquista do Paraíso.

Como método de análise e compreensão da realidade buscou-se a aproximação com o materialismo histórico-dialético, a fim de compreender as contradições existentes nesse processo, pois, “com a ajuda da dialética, é possível refletir a realidade do modo mais adequado e profundo” (Kofler, 2010, p. 81). Nesse mesmo sentido, para Gadotti (1988, p. 22), a dialética permite “observar as coisas e os fenômenos não de maneira estática, mas no seu movimento contínuo, na luta de seus contrários”.

Esse estudo permitiu analisar o modelo produtivo do agronegócio a partir das relações materiais que são estabelecidas no interior dos assentamentos da reforma agrária. Foi através da materialidade desse fenômeno social que se compreendeu as influências do agronegócio na reprodução da vida material e cultural dos assentados. Bem como, evidenciamos o processo de resistência desses camponeses a esse modelo e o desenvolvimento de suas práticas sociais, que assumem uma perspectiva contra hegemônica. São esses dois diferentes projetos e suas consequências que buscamos elucidar nas sessões que seguem neste artigo.

⁵ Nesse processo foram entrevistados 7 interlocutores, sendo 6 assentados da reforma agrária e um membro da equipe de assistência técnica do município, destes 4 eram homens e 3 eram mulheres.

O avanço da produção de soja nos assentamentos da região Campanha no Rio Grande do Sul

A região da Campanha Gaúcha⁶, juntamente com a Fronteira Oeste, foi caracterizada por ser um espaço com alta concentração de latifúndios no Estado. Esse aspecto ainda é visivelmente notável em sua paisagem, pela centralização de terras que ali permanecem. Esse fator pode ser explicado pelo histórico da colonização do território e, posteriormente, pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Para Chelotti (2011, p. 37):

Em relação às áreas com predominância de grandes propriedades rurais na Campanha o processo de modernização não foi capaz de alterar a estrutura fundiária; pelo contrário, ela concentrou ainda mais. A grande transformação, introduzida pelo processo de modernização nessas áreas, foi o desenvolvimento da lavoura capitalista do arroz irrigado, que começou a ser desenvolvida em parceria com a pecuária extensiva. Desta maneira, para a expansão da lavoura empresarial na região foram assimiladas terras vinculadas à pecuária tradicional.

Chelotti (2011) ainda defende que o processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul é marcado por uma configuração territorial desigual entre o norte e o sul gaúcho: “O processo de modernização da agricultura foi extremamente seletivo e desagregador [...]. O discurso generalizante de um território totalmente moderno caiu por terra na medida em que se intensificaram as disparidades regionais” (Chelotti, 2011, p. 38). O autor explica essas disparidades regionais, enfatizando que, enquanto na Campanha se mantiveram as estâncias de criação de pecuária, ao norte se enraizou a agricultura moderna, e ao nordeste houve o desenvolvimento da indústria. Para o autor, há dois movimentos importantes que ocorreram na região Campanha, ao longo dos anos e alteraram as formas de produção experimentadas até então: a expansão da lavoura agrícola, o arrendamento de terras, através do cultivo do arroz no contexto da modernização conservadora da agricultura, “e, na década de 1990, a intensificação dos conflitos fundiários que introduziram, na região, os sem-terra por meio de assentamentos rurais” (Chelotti, 2011, p. 51).

⁶ De acordo com a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), a região Campanha compreende os municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul. O MST, em sua organização regional, estabelece uma divisão entre as regiões, de acordo com os territórios onde há assentamentos. Assim, para esse Movimento, a região Campanha compreende os municípios de Bagé, Candiota, Hulha Negra, Aceguá.

A consolidação dos assentamentos ocasionara inúmeras transformações nas regiões onde estes se estabeleceram, visto que o Rio Grande do Sul está fortemente marcado pelo latifúndio pecuarista. Assim, onde muitas vezes vivia apenas uma ou duas famílias nas fazendas, quando estas foram desapropriadas para a Reforma Agrária, passaram a viver e se reproduzir centenas de sujeitos Sem Terra nos locais. As mudanças nesses territórios vão desde construção de estradas, instalação de luz elétrica, construção de moradias, de escolas e de postos de saúde, como também atingem as próprias cidades, com o aumento do número de habitantes e respectivamente o comércio e consumo das famílias. As pesquisadoras Medeiros e Fiorentin (2015, p. 156), ao se deter na análise sobre os assentamentos da região Campanha, destacam:

A instalação desses assentamentos na Campanha Gaúcha começa a dar outro sentido para este espaço, historicamente marcado pela presença de latifúndios de pecuária extensiva. Estabeleceu-se uma nova relação campo-cidade que configura um novo sentido territorial para esta região do Rio Grande do Sul. A forte presença da agricultura familiar registra uma nova configuração neste território, construído a partir da reconstrução da identidade dos assentados [...]. A paisagem da Campanha Gaúcha está sofrendo transformações. Os assentados são os agentes desta reconfiguração territorial ao desenvolverem a agricultura familiar, ao diversificarem a produção, ao dinamizarem o comércio local, ao exigirem abertura de novos caminhos, de escolas e de posto de saúde.

Essa “reconfiguração territorial”, conforme apontado por Medeiros e Fiorentin (2015), se materializa com os inúmeros assentamentos implementados na Campanha Gaúcha, sendo uma das regiões do Rio Grande do Sul com o maior número de assentamentos localizados em seu território: são 54 assentamentos com aproximadamente 2.000 famílias assentadas. Para entender a inserção dos assentamentos nesta região, é preciso ter presente dois aspectos que estão relacionados: a efervescência da luta pela terra, nas décadas de 1980 e 1990, protagonizada pelos movimentos sociais do campo, que pressionava os governos a adquirir terras improdutivas para fins de realizar a reforma agrária, e associado a esse fator, a eleição de um governo progressista no Estado. No contexto do Rio Grande do Sul, o final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1998, Olívio Dutra se elege governador do Estado, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que uma das marcas do seu governo foi a política de desenvolvimento regional na qual inseriu

a consolidação dos assentamentos⁷. Nesse aspecto, Chelotti (2005, p. 66) sistematiza a junção desses fatores:

A Campanha Gaúcha foi institucionalizada enquanto área prioritária para a realização de reforma agrária, sendo que o Estado tornou-se o principal agente fomentador do mercado de terras. A revitalização do mercado de terras ocorreu por vários motivos, destacando-se as pressões sociais organizadas pelo MST, que resultaram na necessidade de aquisição de terras para o assentamento de famílias, e a política estadual de desenvolvimento regional do governo Olívio Dutra (1999-2002).

Para Chelotti (2011, p. 55), o início da década de 1990, na Campanha, fez com que “o espaço regional passasse por significativas transformações, na medida em que ocorreu a penetração do MST na região e dezenas de assentamentos rurais foram instalados em antigas estâncias”. A conquista de um novo assentamento nesses territórios, marcados pela histórica expansão do latifúndio, faz com que esses sujeitos assentados transformem radicalmente o antigo espaço e consolidem uma nova forma de organização social, onde as famílias detêm a gestão democrática⁸ do território conquistado. O assentamento, como novo território, pressupõe novas relações entre os sujeitos, relações de cunho social, político, econômico, de trabalho e cultural.

A pesquisa de Silva (2015), realizada nessa mesma região, aponta que muitas famílias que ali foram assentadas são oriundas da região norte do estado, e que esse fator produziu um estranhamento delas quando chegaram à área conquistada. “O estranhamento evidenciado na chegada, onde as antigas referências não fazem sentido para compreensão da nova realidade, é agravado pela precariedade em manutenção das questões básicas para sobrevivência” (Silva, 2015, p. 77).

Mesmo enfrentando dificuldades, as famílias permaneceram na terra conquistada consolidando diversas experiências produtivas e organizativas. Aqui cabe destacar a experiência da produção de sementes agroecológicas da Bionatur⁹ e a criação de gado leiteiro, ambas atividades em vigor atualmente. Ainda que não seja

⁷ Nesse período, são implementados inúmeros assentamentos no Estado, com a gestão compartilhada entre INCRA e Governo do Estado.

⁸ Compreendido como a tomada de decisão coletiva dos sujeitos assentados, que definem como organizar o assentamento: espaço de moradia, lazer, cultura, educação, produção, etc.

⁹ A Bionatur é uma cooperativa, onde estão vinculados a ela famílias assentadas da Reforma Agrária, que produzem sementes de forma agroecológica. Sua sede está localizada no assentamento Roça Nova, no município de Candiota-RS.

o objeto estudado por Silva (2015), a chegada do agronegócio nos assentamentos é destacada em sua pesquisa:

[...] a pressão de uso da terra, tendência inerente ao desenvolvimento e expansão do capitalismo na agricultura, atuaria ainda em outra perspectiva, alterando, novamente e substancialmente o sistema de produção em curso, uma pressão de fora para dentro, representada, nos dias de hoje, pelo agronegócio.

As alterações decorrentes da expansão do agronegócio, as quais se intensificaram na região sul do estado nos últimos anos, podem ser evidenciadas, à primeira vista, na mudança da paisagem, associada ao crescimento da área ocupada pelo cultivo de soja, que se tornou referência do modelo de produção assentado na larga utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e intensiva mecanização (Silva, 2015, p. 130).

A citação acima representa a expansão do agronegócio, não só nas áreas de assentamento, mas no modelo da agricultura como um todo. Os dados do censo agropecuário¹⁰ do IBGE, com a última atualização do ano de 2017, ajudam a compreender essas mudanças. No que diz respeito à produção das lavouras temporárias no município de Candiota-RS, podemos perceber que, na atualidade, a soja ocupa o maior número de hectares cultivados, sendo 126 estabelecimentos que correspondem a 17.041 hectares. Se comparamos com hectares destinadas ao plantio de arroz ou milho, nota-se a predominância do cultivo da soja. O arroz foi produzido em 8 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 1.170 hectares. Já o milho foi cultivado em 249 estabelecimentos, correspondendo a 1.148 hectares.

Essa intensificação da produção da soja avança com força sob a região da Campanha, ocasionando uma inversão produtiva e organizativa nesses territórios, impactando na dimensão do trabalho e da sociabilidade dos sujeitos assentados. Conforme pode-se analisar, a partir do trabalho de campo e da realização das entrevistas, percebe-se que a principal mudança está relacionada na forma de produzir e na relação com a terra, sobretudo porque se perde a centralidade da produção de alimentos. Nesse sentido diversas famílias assentadas deixaram de cultivar seus lotes e passaram a arrendar sua terra para o monocultivo da soja, ou seja, ao adotarem a prática do arrendamento a família deixa de produzir em sua parcela de terra, e cede a mesma para o arrendatário decidir o que produzir no lote.

¹⁰Dados obtidos por meio da consulta em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/candiota/pesquisa/24/27745>. Acesso em 21 de março de 2026.

Esse processo modifica não só a forma dos camponeses produzirem, mas também a forma de se relacionarem com a natureza e suas próprias relações socioculturais. Segundo Tiriba e Fischer (2015, p. 413):

A substituição da interação simbiótica entre solo, água, plantas e animais da agricultura camponesa pela integração de insumos, sementes e produtos químicos, acaba por fragilizar as culturas, causando desequilíbrios ecológicos na cadeia alimentar. Além disso, o uso crescente de inseticidas, herbicidas e outros agrotóxicos contribui para poluir as águas e extinguir espécies nativas e grande parte da fauna dos rios.

Desse modo percebe-se que onde anteriormente havia uma produção pautada na diversidade, na preservação da natureza, em uma organização social coletivizada, com o avanço do modelo do agronegócio, essas experiências perdem espaço e intensifica-se a exclusão dos camponeses de seu território. Ocorre assim uma “mercantilização - um padrão de produção e consumo que modifica a sua trajetória cultural e altera intensamente suas bases materiais produtivas” (Tardin, 2012, p. 85).

A realização da pesquisa evidenciou as reflexões apontadas até aqui. No diálogo com as famílias assentadas é apontado o que conduziu as mesmas a aderirem à produção da soja. Nesse aspecto, encontramos uma série de fatores e justificativas que influenciaram essa decisão, sendo eles: a questão econômica em que há uma forte propaganda que a soja é o mais rentável; a dificuldade financeira das famílias; a falta de saúde e a idade avançada dos assentados, o que faz a família optar pelo arrendamento; a falta de mão de obra quando os filhos vão embora do assentamento; a própria falta de incentivos para desenvolver outros cultivos; e a dependência do arrendatário nas questões de infraestrutura. Percebemos que essa decisão é tomada muitas vezes para sanar carências de falta de políticas públicas e serviços essenciais, que são de extrema importância para manter os sujeitos no campo.

Outros fatores que também foram destacados estão vinculados ao campo ideológico, como a propaganda de modernidade que a soja carrega, juntamente com a ideia de um retorno financeiro maior, os quais cativam a juventude. As reflexões apontadas podem ser referenciadas em Iasi (2007), que afirma:

Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantam a sua dominação econômica (Iasi, 2007, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, o rigoroso estudo feito por Chã (2018), sobre o Agronegócio e a Indústria Cultural, explica como esse setor atua para a construção da sua ideologia, utilizando-se dos meios de comunicação, em especial, a grande mídia, para expandir o seu modelo produtivo. A autora ainda chama a atenção de como se utilizam de outros setores (como cultura e educação) para fazer a disputa ideológica e construir sua hegemonia:

As empresas ampliam suas formas de produção de consenso em torno de suas imagens, buscando, a partir, da produção cultural e artística, estar “mais próximas” das comunidades que fazem parte dos territórios onde estão implementadas, criando nelas uma percepção favorável as suas ações. Podemos constatar a dinâmica de territorialização da Indústria Cultural pelos espaços de atuação e expansão do agronegócio, evidenciando as articulações entre as grandes corporações transnacionais e os governos, não apenas nos espaços tradicionais de interlocução da questão agrária, mas em áreas como a cultura e a educação (Chã, 2018, p. 48-49).

Conforme citado acima, a estratégia do agronegócio tem cativado cada vez mais a juventude dos assentamentos, que busca “uma produção moderna”. Nesse viés, investem em propagandas, marketing e vão “criando uma necessidade” de máquinas cada vez maiores e precisas, criando valores e padrões de consumo. Para Iasi (2007, p. 24):

Os valores são mediatizados por pessoas que servem de veículos de valores, são modelos. Não se trata da identificação com “a sociedade”, “as relações capitalistas” ou as ideias; são as relações de identidade com os outros seres humanos, seus modelos, que a pessoa em formação assume valores dos outros como sendo seus.

As reflexões das famílias assentadas também apontaram como os fatores que levaram as famílias a produzir soja não interferem só no campo produtivo, mas também na própria relação do assentado com a natureza e com a comunidade. A troca de serviços, os mutirões (muito comuns nas comunidades camponesas) foram perdendo espaço para as relações de arrendamento. O próprio cultivo do grão altera o trabalho familiar, pois, sendo um monocultivo extremamente dependente de máquinas e insumos, não exige a participação de toda a família em seu processo, cabendo, em geral, ao homem que controla as máquinas executar esse trabalho. Nesse sentido, as condições de trabalho passam a ser dependentes desse modelo produtivo, que exige cada vez mais de aportes tecnológicos, alto índice de uso de

agrotóxicos, o que acarreta na degradação da terra e dos bens naturais. Katz (2016) muito bem caracteriza a sujeição que ocorre entre os pequenos produtores, em detrimento a esse modelo produtor de *commodities*:

Os pequenos produtores são onerados com o encarecimento dos insumos, maior pressão competitiva e crescente transferência de riscos [...]. Frequentemente ficam endividados, vendem a terra e terminam engrossando a massa de excluídos que emigra para a cidade (Katz, 2016, p. 20).

Outro fator possível de ser apontado com esse trabalho, é a falta de incentivo e políticas públicas para a produção de alimentos, sendo enfatizado a dificuldade de acesso a crédito para desenvolver outros cultivos. Esse aspecto de falta de políticas públicas dificulta a reprodução da família no lote, que acaba não conseguindo apoio para desenvolver outras atividades, as quais poderia envolver toda a família no processo produtivo e, por conseguinte, faz com que a juventude busque outras condições de vida nos centros urbanos.

Com as considerações apontadas percebe-se que há uma política de desenvolvimento do campo, que prioriza a produção de *commodities* para suprir a demanda externa. Dessa forma, na contramão dessa falta de política pública para os pequenos produtores, o que vemos é o agronegócio sendo subsidiado pelas políticas de Estado e governo. Diante desse cenário, como pudemos elucidar o agronegócio avança, e disputa os territórios camponeses, em especial os territórios da Reforma Agrária. Martins (2022, p. 290) ajuda a compreender esse fenômeno:

Nos assentamentos, o avanço do agronegócio estimulou a venda das terras e a prática do arrendamento proliferou, sobretudo para o cultivo de soja transgênica. As famílias nos assentamentos passaram a ter outros interlocutores que não mais o MST e as suas cooperativas. A mediação, para muitas famílias assentadas, passou a ser realizada pelos arrendatários.

Esse avanço do agronegócio nos assentamentos de Reforma Agrária não pode ser visto como um fenômeno isolado, ele faz parte de um projeto de desenvolvimento para o campo. Para Delgado (2012), o uso da terra por parte do agronegócio destina-se exclusivamente para mercadorizar os produtos agrícolas, ocasionando uma superexploração dos recursos naturais. Consequentemente, quando esse modelo é adotado pelas famílias assentadas, há alterações produtivas, mas também socioculturais nesses territórios. A pesquisa evidenciou que o aumento da produção

de soja resulta na diminuição do cultivo de outros alimentos, na diversidade produtiva dos lotes. Neto (2014) afirma que a entrada do modelo produtivo do agronegócio no interior dos assentamentos acaba descaracterizando o projeto de reforma agrária e seu objetivo de produzir e repartir alimentos, transformando esses assentamentos “em um vasto território de monocultivo”.

Como podemos observar, a expansão do monocultivo da soja vai modificando o território, não só no aspecto produtivo, mas do próprio trabalho e sociabilidade das famílias e o interesse das mesmas em cultivar e permanecer na terra. A relação com a terra também se transforma, o tão sonhado lote para a reprodução do núcleo familiar é disputado por um modelo que exclui a própria família do trabalho.

Mesmo com as contradições presentes nesses territórios, de intensificação e expansão do modelo do agronegócio, ainda resistem experiências de produção orgânica e agroecológica que contrapõem o modelo hegemônico, e visam (re)construir práticas sociais, culturais e educativas. Tais práticas podem ser caracterizadas como contra hegemônicas, pois resgatam a centralidade do trabalho familiar e o protagonismo das mulheres, seja no âmbito produtivo quanto organizativo. Apresentaremos na seção seguinte esses processos de resistência.

A centralidade do trabalho das mulheres e a produção de resistências ao modelo hegemônico

A seção que segue busca apresentar as formas de resistência que encontramos nos assentamentos da região campanha, e como estas se materializam na reprodução social das famílias, recriando formas mais cooperadas de trabalho e sociabilidade e desempenhando um papel educativo de transformação das consciências dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Importante refletir que a implementação da “Revolução Verde” e o avanço do agronegócio no campo, como já mencionado, não trouxe mudanças só no modo de produzir na agricultura, mas sobretudo na relação dos camponeses com a natureza e, conseqüentemente, na expropriação e apropriação dos seus conhecimentos populares adquiridos ao longo das gerações. Ocorre um processo de depreciação dos saberes, fragmentação da consciência e desvalorização da sociabilidade camponesa, baseada na exploração do trabalho. O que ganha força nesse processo é a

individualização da família em seu lote, cuja centralidade passou a ser produzir mercadorias e não mais alimentos.

Nesse mesmo sentido, a educação hegemônica assume um papel fundamental para a concretização desses valores, crenças e hábitos, ganhando força na atualidade a ideia de meritocracia, empreendedorismo, etc. O filósofo Mészáros (2008) contribui na reflexão que aponta a lógica do capital sobre a educação, e o seu papel de interiorizar valores que respaldam a ordem vigente:

A educação institucionalizada, essencialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja de forma "internalizada" (isto é, pelos indivíduos devidamente "educados" e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (Mészáros, 2008, p. 35).

Nesse processo de internalização dos valores do capital, a consciência torna-se fragmentada, e não é de interesse do capital romper com essa lógica de educação e trabalho alienante, pois este resulta em uma sociabilidade restrita, onde os anseios e pautas coletivas se enfraquece em vistas da individualização da vida. As relações de trabalho, baseadas na exploração, passam a ser naturalizadas, o que impossibilita que se pense alternativas que transformem radicalmente o sistema vigente.

Ainda, para Mészáros (2008, p. 60), é o próprio trabalho e a educação que podem apresentar alternativas à ordem vigente, e desempenhar uma transformação social, pois "pelo trabalho é possível *superar a alienação* com uma *reestrutura radical* das nossas condições de existência há muito estabelecidas e por conseguinte, de "toda a nossa maneira de ser". No que diz respeito à educação, o autor afirma que:

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (Mészáros, 2008, p. 65).

Retomar esse debate e visualizar essas contradições, bem como as alternativas citadas acima, permite aprofundar a reflexão sobre as experiências contra hegemônicas que esse trabalho pode evidenciar. As mesmas recolocam o trabalho e a educação como possibilidades "de uma mudança qualitativa das condições objetivas

de reprodução da sociedade” (Mészáros, 2008, p. 65). É a partir desse olhar, tendo clareza das contradições existentes, que essas experiências encontradas entre as famílias assentadas, serão apresentadas.

Uma das experiências de intensa força e simbolismo que encontramos nesses assentamentos foi o cultivo de sementes vinculadas à cooperativa Bionatur, juntamente com a produção de leite, ambas se apresentam como formas de resistência ao modelo hegemônico. Essa afirmação é referenciada pelos sujeitos assentados onde é destacado que a produção de sementes agroecológicas e a produção de leite impedem que a produção da soja chegue no lote, bem como reafirma a necessidade de uma agricultura camponesa, conforme destaca Arroyo (2014):

A agricultura camponesa, ao se defender frente à destruição do agronegócio defende o trabalho produtor da vida, da soberania alimentar, da moradia digna, e tudo que daí recorre: os valores, as representações de mundo e de si mesmos, a cultura, as artes, o conviver, a sociabilidade e os modos de pensar, de ler o mundo. Os povos do campo das florestas, das periferias, os sem-terra, os sem-teto, sem território, sem trabalho, sem comida sem um justo viver exigem vida, terra, trabalho, teto. Lutam por processos produtivos, onde se produzam humanos. Sabem que seu produzir-se como humanos, pensantes, culturais, éticos identitários, é inseparável de sua condição de sujeitos produtivos, trabalhadores que, ao produzir bens em relações de libertação e justiça sociais produzem-se. (Arroyo, 2014, p. 87).

A citação acima contribui para visualizarmos que as famílias produtoras de sementes e de leite apresentam uma produção diversificada em seus lotes, assim o trabalho e a sociabilidade desses sujeitos perpassam o forte vínculo com a terra. Para Brandão (2008), é a partir do que criamos e cultivamos, que vamos agindo sobre o mundo e construindo nossas próprias condições de existência.

Especificamente sobre a produção de sementes, foi possível diagnosticar que esse cultivo se iniciou de forma convencional e vinculada a empresas externas que já tinham uma atuação de longo tempo na região. Dessa forma, esse ramo produtivo esteve presente nos primeiros anos de assentamento, isto porque já haviam empresas instaladas e atuando na região. Silva (2015 p. 81) destaca que “o estabelecimento dos assentamentos possibilitou a progressiva expansão da produção de sementes de olerícolas”. Com essa prática já estabelecida, a produção de sementes agroecológicas

surge com a necessidade de romper com o modelo de produção convencional, com o qual os assentados haviam se inserido.

Essa ruptura só foi possível após um processo de transição, onde é destacado a importância das trocas de saberes, conhecimentos, experiências entre as famílias assentadas e a realização de formações técnicas e políticas. Essa afirmação evidencia a relação entre trabalho e educação, onde Frigotto e Ciavatta (2012) destacam o caráter formativo do trabalho. Assim, a partir da prática agroecológica, houve um processo formativo/educativo na forma de cultivar e cuidar da terra por parte da família assentada, que deixou de utilizar agrotóxicos em seu lote, passando a cultivar de forma agroecológica.

Outra passagem que evidencia essa relação entre trabalho-educação destaca-se quando um dos assentados menciona que iniciou o trabalho com as sementes porque já era uma atividade que o seu pai desenvolvia no lote. Percebemos, aqui, como os saberes desses sujeitos se dão no cotidiano do trabalho, no cultivo do lote, passando de geração em geração, pois, conforme Kuenzer (1991, p.21), “ao trabalharmos produzimos saberes e conhecimentos”.

Um aspecto que se destaca é que através do cultivo de sementes agroecológicas, as famílias apresentam uma consciência crítica ao modelo de desenvolvimento vigente, bem como uma preocupação e cuidado com a natureza e com os bens naturais. Essa afirmação pode ser exemplificada quando uma das assentadas menciona que “na soja vai muito veneno, mas as pessoas não pensam nisso por conta do dinheiro, eles ganhando dinheiro está bom, não pensam no que isso causa”. Na mesma fala demonstra preocupação com a contaminação do solo e das águas, refletindo que os agrotóxicos se espalham com facilidade e todos acabam sendo afetados.

Percebe-se como a transformação da consciência está fortemente relacionada com a prática do trabalho. Arroyo (2014) denomina esse processo de “força pedagógica do real”. É possível perceber que as decisões sobre o trabalho e o cultivo no lote vão moldando a relação do sujeito com a natureza. Por um lado, encontramos as famílias que aderiram à produção agroecológica, onde a relação trabalho e natureza é baseada no cuidado com a terra e os bens comuns. Contraditoriamente a isso, por outro lado, vemos que quem opta pela produção do monocultivo da soja acaba aderindo a todo seu pacote tecnológico e de agroquímicos para os demais

cultivos no lote. Sobre esses distintos projetos para o campo, retoma-se Fernandes (2012), quando este afirma que um dos grandes desafios dos camponeses é manter a sua soberania no território, pois no agronegócio não há espaço para a reprodução social dos sujeitos, visto que sua finalidade é transformar o campo em um local de produção de mercadorias.

Aqui, retomamos a afirmação de Arroyo (1991), onde os processos educativos e culturais estão vinculados a questões materiais, de reprodução das condições objetivas de existência, ou seja, a organização do trabalho é um ato educativo. Nesse sentido, essas práticas sociais educativas não escolares, articuladas com a organização para a sobrevivência, podem ser vistas como um processo contra hegemônico da educação, que amplia a consciência desses trabalhadores, fazendo emergir saberes e conhecimentos, produzidos coletivamente na prática cotidiana do trabalho.

Evidenciamos através dessa interlocução com as famílias que a opção pela produção orgânica e agroecológica não está relacionada somente com uma vontade ou idealização individual da família assentada, mas faz parte de um outro projeto para o campo, que se preocupa com a contaminação do solo, da água e dos bens comuns que o monocultivo acarreta, e que se pauta pelo cuidado com a vida e com os bens da natureza, como parte do projeto de Reforma Agrária Popular do MST.

A experiência da produção de sementes agroecológicas evidencia uma nova forma de trabalho e de sociabilidade, onde a primazia não está somente nos rendimentos obtidos com esse trabalho, mas sim na relação direta de cuidado com a natureza, como parte fundamental da reprodução social da família. Aqui, vemos o trabalho como um processo formativo, que transforma a natureza produzindo bens, mas também como uma ação que forma a consciência dos sujeitos que optaram por esse cultivo. Nesse sentido, também produzem saberes e conhecimentos com a prática do trabalho pautado na agroecologia, aprendem uma nova forma de se relacionar com a natureza, pautado na preservação e cuidado com a mesma. Evidenciamos com essa experiência o que Arroyo (2014) chama de “trabalho como produtor da vida”, onde os processos produtivos humanizam os sujeitos.

A outra forma de resistência que encontramos ao modelo hegemônico de produção de *commodities* foi a produção de leite. Esse processo também pode ser visto como um “freio para a soja”. Isto porque: a): demanda que uma parcela do lote

seja destinada para piquetes de pastagens para os animais; b) envolve as mulheres no processo de trabalho e produção; c) garante a renda mensal da família.

O trabalho com a produção do leite tem uma dinâmica diferenciada dos cultivos agrícolas sazonais, pois exige uma dedicação diária com o manejo das vacas e da ordenha, ocupando boa parte do dia no cuidado com os animais. Ainda assim, é possível destinar tempo e uma parcela do lote para produzir outros roçados, e é o que ocorre com os interlocutores que se dedicam a essa produção. Os mesmos ainda criam pequenos animais como aves e porcos e desenvolvem outros pequenos roçados para a subsistência.

Outro fator importante, é o envolvimento das mulheres na atividade leiteira. É um trabalho que é *gestionado* por elas, isso faz com que se sintam parte das atividades produtivas do lote, bem como geram uma renda importante para a manutenção da família. Ao dialogar com as mulheres assentadas percebemos como a produção de leite tem proporcionado uma melhora na qualidade de vida da família, garantido uma renda mensal e contribuindo significativamente nas despesas da casa. Esse trabalho garante uma autonomia financeira para as mulheres, que passam a não depender do recurso gerido pelos homens obtidos através das safras anuais.

Nas afirmações acima, percebe-se que o trabalho tanto com leite como as sementes são importantes geradores de renda para as famílias assentadas. No leite, ainda se destaca o protagonismo das mulheres no desenvolvimento dessa atividade. Ambas as produções permitem desenvolver uma produção diversificada no lote e envolver toda a família no processo do trabalho, ao contrário do monocultivo da soja, no qual os homens são os responsáveis por essa atividade.

Percebe-se, ainda, que a decisão da família pela produção de sementes agroecológicas rompe com a lógica da agricultura convencional, baseada no monocultivo e no alto consumo de agrotóxicos. Outro elemento que também merece destaque é que, em geral, a soja é plantada de forma individual, seja pelo próprio assentado ou através do arrendo da área. Já o cultivo de sementes agroecológicas, vinculada a Bionatur e a produção do leite vinculada as cooperativas do MST, estabelecem outra relação entre as famílias, que tomam decisões e executam planejamentos de forma coletiva.

A formação dos grupos de produção das sementes e a própria organização da rota do leite, desenvolve um trabalho que vai além do campo produtivo,

proporcionando troca de saberes e experiências entre as famílias, organizando formações técnicas e políticas. Nessa perspectiva pode-se afirmar que o trabalho com as sementes agroecológicas e o leite rompe com o individualismo do monocultivo da soja, desenvolvendo uma prática social de vida mais cooperada.

Para Dagnino (2011, p. 215), essas experiências de práticas de cooperação – ou, nas palavras do autor de “empreendimento solidário” - devem ser vistas como “formas de politização capazes de impulsionar a adoção de um estilo de desenvolvimento alternativo [...], pois questiona o cerne da sociedade capitalista, sua estrutura econômico-produtiva”. De fato, percebemos que produção de sementes, a partir da agroecologia “nada contra a maré”, desse projeto hegemônico de produção de mercadorias. Assim percebe-se o resgate de saberes e conhecimentos, bem como o desenvolvimento de uma práxis que transforma as relações produtivas e também socioculturais dos sujeitos envolvidos nesse processo.

A partir das experiências estudadas percebe-se a centralidade do trabalho, onde “o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra, [...] a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando a reprodução física e social deste grupo de pessoas” (Moura, 1986, p. 54). Nessa mesma vertente, para Fernandes (2012), são as características da organização familiar e do trabalho que diferenciam o território camponês do território capitalista:

Territórios com lógicas e processos distintos, e que constroem diferentes modelos de desenvolvimento territorial. Porém, embora o território camponês subsista subordinado às relações capitalistas, sua existência é garantida pelo trabalho familiar, cooperativo, associativo, e por outras formas de relações não capitalistas. O grande desafio do campesinato é manter sua soberania desenvolvendo seu território por meio de sua autonomia relativa e do enfrentamento a hegemonia do capital (Fernandes, 2012, p. 746).

Percebemos que a escolha pela agroecologia, pelo trabalho cooperado ou associativo desencadeia novas formas organizativas e de estabelecimento da sociabilidade entre as famílias assentadas. Isto ocorre, pois estas famílias reconhecem uma forma diferenciada de organizar a vida, e a própria concepção do papel da agricultura e do campo. Ainda que os lotes sejam individualizados, esses processos de cooperação permitem que as famílias participem de espaços formativos e organizativos, desenvolvendo a consciência crítica, a troca de saberes entre as famílias, adquirindo e transmitindo novos aprendizados e conhecimentos. É através

da prática do trabalho que estas famílias constroem espaços organizativos, grupos de produção, cooperativas. Estas, por sua vez, tornam-se práticas educativas e formadoras, pois redimensiona a sociabilidade, as condições de existência desses sujeitos, fazendo-os agir e transformar a realidade a partir da sua prática social.

Considerações finais

As reflexões apontadas nesse trabalho buscaram demonstrar que a atualidade da questão agrária brasileira apresenta problemáticas difíceis de serem solucionadas a curto e a médio prazo. O avanço do projeto de desenvolvimento do agronegócio, pautado na produção de mercadorias – as *commodities* agrícolas – aguça ainda mais essas questões, como a expulsão dos camponeses, o conflito por terra, desmatamento, contaminação do solo, das águas e a degradação dos bens comuns.

Os referenciais estudados, assim como a realização da pesquisa evidenciam que os territórios de resistência, estão no centro dessa disputa. Assim, quando esses sujeitos assentados aderem ao modelo produtivo do agronegócio, ocorre uma alteração nas relações produtivas e sociais, alterando significativamente os modos de vida desses territórios.

Observamos, que o monocultivo da soja – em áreas de assentamento, como parte integrante do projeto do agronegócio – reconfigura a organização da família e de todo o território pesquisado, frente ao seu trabalho e sociabilidade. Evidenciamos que a opção pela produção da soja está relacionada por diversos fatores, sendo eles: a questão econômica de dificuldade financeira da família e, atrelado a isso, a forte propaganda que a soja é o mais rentável; falta de saúde e idade avançada dos assentados, fazendo com que a família opte pelo arrendamento; a falta de mão de obra quando os filhos vão embora do assentamento; a própria falta de incentivos para desenvolver outros cultivos; e a dependência do arrendatário nas questões de infraestrutura.

Outras consequências que pudemos evidenciar dessa ofensiva da soja foram as mudanças no trabalho e na sociabilidade que esse projeto hegemônico acarreta no território. O trabalho passa a ser mecanizado e executado principalmente pelo homem da família, isso quando a família planta no próprio lote. Quando a opção é pelo arrendo total da área, ocorre um processo de exclusão de todo o grupo familiar das atividades

produtivas, ocasionando uma perda de autonomia sobre seu território. Observamos, também, que o avanço do cultivo da soja faz com que se perca a centralidade na produção de alimentos e da diversidade, aspecto que influencia na dinâmica sociocultural desses sujeitos, pois deixam de cultivar seus roçados para a subsistência, buscando no mercado toda a alimentação para remediar as suas necessidades.

Analizamos, também, como o fator ideológico do agronegócio, muitas vezes propagandeado pela mídia, influencia na decisão da família sobre os cultivos do seu lote. Por muitas vezes, as famílias percebem o trabalho dos camponeses como atrasado e buscam no agronegócio a modernidade, a tecnologia, representada nas grandes máquinas agrícolas. Esse fator ideológico muda a postura dos próprios assentados, que já não sentem a necessidade de se organizar nos espaços coletivos e de organização social.

Ainda é preciso reconhecer que um dos principais fatores do agronegócio ter avançado nos territórios da reforma agrária foi pela falta de políticas públicas que incentivassem a produção camponesa. Nesse sentido, as famílias com baixa infraestrutura no lote para desenvolver outros cultivos acabam optando por esse modelo de produção hegemônico, que tem como finalidade transformar o campo em um local de produção de mercadorias. Tais aspectos explicitam a disputa de projetos de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Também consegue-se identificar, nesses territórios, práticas/experiências contra-hegemônicas de organização e produção das famílias assentadas, estando estas materializadas na produção de sementes agroecológicas vinculadas a Bionatur e no leite, ambas se apresentam como um *“freio para a soja”*. Esses cultivos demonstraram o protagonismo das mulheres. Observamos que o trabalho das mulheres é de suma importância para a manutenção da reprodução social da família na geração de renda, e atua como uma *“barreira”* para o avanço do monocultivo da soja no lote.

Tais práticas de trabalho garantem uma diversidade produtiva no lote, bem como engendram uma nova sociabilidade entre as famílias assentadas, materializadas nas formas de cooperação e na organização dos grupos de produção, que cumprem um papel político, social, formativo e organizativo das famílias; aqui visualizamos o caráter formativo do trabalho.

Encontramos, nas práticas sociais contra-hegemônicas, a emergência de práticas educativas que recolocam a relação desses camponeses com a natureza, transformando a consciência e resgatando (e ao mesmo tempo produzindo) novos saberes e conhecimentos. Nessa prática cotidiana, que é também de resistência ao modelo hegemônico de produção de *commodities*, novos vínculos vão sendo constituídos entre a produção da vida, a educação e a cultura, que vai se traduzindo em novas sociabilidades.

Referências

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARROYO, M. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, Tomaz T. da. **Trabalho, educação e prática social**. Por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 163-216.

BRANDÃO, C. R. Cultura (movimentos de cultura popular). In: STRECK, D., REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: 2008, Editora Autêntica.

CHÃ, A. M. **Agronegócio e a indústria cultural**: estratégia das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

CHELOTTI, M. C. Produção desigual do espaço e dinâmica regional da agropecuária na campanha gaúcha (Brasil). **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 2, n. 6, p. 36-67, abr. 2011.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Santana do Livramento: das Sesmarias aos Assentamentos Rurais. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 3(1): 53-70, jan./jun., 2005

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Atlas dos conflitos no campo brasileiro**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, UERJ. FFP. Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária), UFF, Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (Lemto), Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

DAGNINO, R. A política de ciência e tecnologia e a esquerda latina americana: Difusão científica e tecnológica para a sociedade ou adequação sociotécnica com o povo? **Temáticas**, Campinas, v. 19, p. 205-232, jan./dez. de 2011.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças climáticas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: UFRGS, 2012

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. Sobre as tipologias de território. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Acampamento. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

KOFLER, L. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

KUENZER, A. Z. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP; Santiago: Reduc, 1991.

MARTINS, A. F. G. **A produção ecológica de arroz e a Reforma Agrária Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, A. F. G. **A questão agrária no Brasil: da colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MEDEIROS, R. M. V; FIORENTI, M. Desenvolvimento rural transformações socioespaciais e assentamentos no Rio Grande do Sul. In: DAVID, César de; WIZNIEWSKY, Carmem Rejane Flores (orgs). **Agricultura & transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. São Paulo: MST, 2013.

NETO, J. L. dos S. **Trabalho e Educação no assentamento Guarani**. São Carlos: UFSCar, 2014.

SILVA, P. M. **Processo identitário da rede de sementes agroecológicas Bionatur**: a experiência na percepção dos agricultores. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2015.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, Roseli (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão do agronegócio na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, mai./ago., 2015.